

Os Auxílios Económicos são formas de apoio de ação social escolar destinadas aos/às Alunos/as inseridos em Agregados Familiares cuja situação socioeconómica determina a necessidade de comparticipações para fazer face aos encargos diretos com a escolaridade obrigatória.

O Município de Ílhavo criou o Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados que contempla a medida de atribuição dos auxílios económicos aos/às Alunos/as do 1º Ciclo do Ensino Básico e refeições para as crianças do Ensino Pré-Escolar, regendo a sua atuação pelos princípios de justiça e equidade social.

Neste sentido, para a determinação do enquadramento das Crianças em escalão, o cálculo efetuado pelo Município tem por base os rendimentos atuais da família, sendo por isso meramente indicativa para atribuição de subsídio de estudo, a declaração proveniente da Segurança Social, com o escalão do abono de família, uma vez que esta contabiliza rendimentos desatualizados.

Considera-se para este efeito como Agregado Familiar do/a aluno/a aquele que efetivamente o/a sustenta. Isto é, o conjunto de pessoas que vivam em regime de comunhão de mesa e habitação, constituída pelos cônjuges, ou por quem viva maritalmente, e pelos seus parentes ou afins na linha reta ou até ao 3º grau da linha colateral, bem como pelas pessoas relativamente às quais, por força de lei, haja obrigação de convivência ou de alimentos.

Os/as Encarregados/as de Educação comprometem-se a informar a Câmara Municipal de Ílhavo, com a devida documentação comprovativa, quando se verificarem alterações de melhoria ou de agravamento quanto aos elementos declarados na candidatura aos auxílios económicos, num prazo de 10 dias.

Documentação Necessária para a candidatura

Os Pais e/ou Encarregados de Educação interessados nos referidos apoios deverão entregar os seguintes documentos, através de formulário online ou CTT:

- Boletim de Candidatura ou preenchimento do formulário online, com um quadro que integre a composição de todos os elementos que residem na mesma habitação, confirmando desta feita a composição e a ocupação dos elementos;

- Declaração do escalão do abono de família do/a aluno/a, proveniente dos serviços da Segurança Social, que serve a título meramente indicativo;

- Declaração de Rendimentos e seus anexos de 2020 de todos os elementos maiores do agregado familiar;

- Face à inexistência de Declaração de Rendimentos ou de valores manifestamente baixos (abaixo do Salário Mínimo Nacional – 8.890,00€ anual) será necessário comprovativo respeitante a subsídio desemprego/social de desemprego, bolsa de formação e pensões (alimentos, invalidez, sobrevivência, velhice, assistência a terceiros, etc.) de cada elemento da família, dependendo da situação em causa, junto da Segurança Social;

- Aos/Às beneficiários/as de Rendimento Social de Inserção (RSI) é solicitado o respetivo comprovativo para integração tácita em Escalão A de Ação Social Escolar;

- Face à inexistência de outros rendimentos ou de valores manifestamente baixos (abaixo dos 8400,00€ anuais) será necessária a inscrição no Instituto de Emprego e Formação Profissional dos elementos maiores e aptos para trabalho;

- No caso de se tratar de famílias monoparentais (mãe ou pai com filhos a seu cargo), o/a Encarregado/a de Educação deve manifestar disponibilidade para requerer outras prestações da segurança social que lhe sejam devidas ou para reconhecimento do direito a alimentos no prazo de 90 dias, com o preenchimento de ficha anexa sob compromisso de honra, salvo situações excecionais devidamente justificadas;

- Relativamente ao ponto anterior, o/a Encarregado/a de Educação das famílias monoparentais, que já subscreveram a declaração de disponibilidade para requerer outras prestações da segurança social, durante o ano letivo 2020/2021, terão que obrigatoriamente fazer prova das diligências tomadas, sob pena de indeferimento, a partir de 1 de setembro de 2021.

Considerações sobre o Cálculo dos Rendimentos

Para efeito do cálculo do rendimento do agregado familiar é considerado o rendimento de referência que resulta da soma do total de rendimento anual líquido de cada elemento do agregado familiar, oficializado ou não, a dividir pelo número de crianças e jovens, acrescido de um.

O rendimento de referência insere-se em dois escalões de rendimentos estabelecidos com base no Indexante dos Apoios Sociais. Os escalões de rendimentos anuais do agregado familiar categorizam-se em:

Escalões de rendimentos de referência anuais do agregado familiar	Rendimentos no ano de referência
Escalão A Iguais ou inferiores a 0,5 x IAS x 14	Até 3071,67 €
Escalão B Superiores a 0,5 x IAS x 14 e iguais ou inferiores a 1 x IAS x 14	De 3.071,68 € até 6.143,34 €

Os serviços técnicos da Câmara Municipal de Ílhavo poderão, em caso de necessidade, solicitar mais esclarecimentos, desenvolvendo diligências complementares, como visitas domiciliárias ou documentação adicional ao apuramento das situações.



PRAZO DE CANDIDATURA:
1.º CEB e Pré-escolar
- 19/04/2021 a 30/06/2021

A candidatura à Ação Social Escolar deve-se-á realizar preferencialmente através do site da CMI > www.cm-ilhavo.pt

Fundo Municipal de Apoio à Família e Indivíduos Carenciados

Ação Social Escolar

O presente boletim de candidatura servirá apenas para os/as Encarregados/as de Educação que não acedam aos meios informáticos e deverá ser remetido, via CTT, para Câmara Municipal de Ílhavo, Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde, Av. 25 de abril, 3830-044 Ílhavo.

Boletim de Candidatura a Auxílios Económicos

Ano Letivo:

Encarregado/a de Educação

Estabelecimento de Ensino: _____

Localidade: _____

Nome do/a Aluno/a: _____

Data de Nascimento:

Nome do Pai: _____

Nome da Mãe: _____

Endereço do Agregado Familiar: _____

Código do Postal: Localidade: _____

Endereço do/a Aluno/a em tempo de aulas: _____

Nome do/a Encarregado/a de Educação: _____

Endereço (completo): _____

Código Postal: Localidade: _____

Telefone: Telemóvel: (Campo obrigatório)

Ano de Escolaridade do/a aluno/a:

É a primeira vez que se inscreve neste ano? Sim Não

Indicar qual o Estabelecimento de Ensino que frequentou no ano letivo transato: _____

Já beneficiou de subsídios no ano anterior? Sim Não Qual o escalão atribuído A B

Informações Relativas ao Agregado Familiar	GRAU DE PARENTESCO COM O/A ALUNO/A	NOME	PROFISSÃO OU OCUPAÇÃO	IDADE	RENDIMENTO BRUTO MENSAL DO AGREGADO FAMILIAR		OBSERVAÇÕES Sobre as condições sócio económicas, aparentes, do Agregado Familiar
					Sujeito ao IRS Salário e outros	Não Sujeito ao IRS Pensões (incluindo pensão de alimentos), Rendimento Social de Inserção, Subsídio de desemprego, atividade informal, etc	
	O/A Aluno/a				€	€	
					€	€	
					€	€	
					€	€	
					€	€	
					€	€	
					€	€	
					€	€	
					€	€	
					€	€	

Número de Pessoas que compõem o Agregado Familiar: _____
(todos os que partilham a casa e mesa)

Informações Complementares do/a Encarregado/a de Educação
Habitação: <input type="checkbox"/> Casa Própria <input type="checkbox"/> Casa Arrendada <input type="checkbox"/> Casa cedida por: _____ <input type="checkbox"/> Coabitação com Familiares (todos os que partilham casa e mesa)
Estado de Conservação: <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Razoável <input type="checkbox"/> Mau
Viaturas: Número de viaturas do agregado _____ Marcas e anos _____
Tem alguma pessoa deficiente a cargo? _____ Idade _____ Parentesco _____
Possui terrenos? _____

Termo de Responsabilidade
O/A Encarregado/a de Educação assume inteira responsabilidade nos termos da lei, pela exatidão de todas as declarações constantes neste boletim. Falsas declarações implicam, para além de procedimento legal, imediato cancelamento dos subsídios atribuídos e reposição dos já recebidos.
_____, de _____ de 20_____
Assinatura do/a Encarregado/a de Educação

(este documento determina apenas a situação sócio-económica do agregado familiar)

Estabelecimento de Ensino: _____
 Nome do/a Aluno/a: _____
 Assinatura do/a Funcionário/a: _____

Ano Letivo: /
 Data: / /